

Spinoza e os espíritos

Alex Leite*

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a correspondência entre Spinoza e Boxel a respeito do tema dos espíritos e seus desdobramentos. A partir de um conjunto de seis cartas, percebemos um diálogo marcado por divergências de princípios, opiniões tensas e um humor pouco citado pelos leitores de Spinoza. Em síntese, o tema se desdobra em um debate sobre o que podemos afirmar que existe, a relação da imaginação com o verossímil e a insuficiência do argumento de autoridade para a concepção da verdade.

Palavras-chave: Spinoza; Boxel; Espírito; Imaginação.

Spinoza and the Spirits

Abstract: The purpose of this work is to present the correspondence between Spinoza and Boxel regarding the theme of the spirits and their unfoldings. From a collection of six letters, we perceive a dialogue marked by divergences of principles, tense opinions and a humour little quoted by the readers of Spinoza. In synthesis, the theme unfolds in a debate about what we can say to exist, the relation of the imagination to the verisimilitude and the insufficiency of the argument of authority for the conception of truth.

Keywords: Spinoza; Boxel; Spirit; Imagination.

A Carta 51, enviada por Hugo Boxel, pretende saber a opinião de Spinoza a respeito da existência de espíritos¹. Spinoza responde, após algumas palavras fraternas, que mesmo um assunto sem importância² pode ser examinado. E ao ressaltar a grande estima e respeito que sente pelo amigo, diz que adotará um tom moderado em sua resposta³.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Contato: alexjeq@hotmail.com

¹ Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 220. Para as referências das cartas consultaremos também as seguintes edições: 1) Spinoza, B. *Correspondance*. Paris: Flammarion, 2010. 2) Spinoza, B. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1954. 3) Spinoza, B. *Spinoza Opera*. Heidelberg: Carl Winter, IV, 1925. Nas referências utilizaremos as informações da edição além da sigla *Ep* seguida do número da carta.

² Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep*. 52, p. 221.

Na versão latina da carta vemos o termo *nuga*. Em português temos o termo *nuga* no sentido de ninharia, insignificância e inútil. O curioso é Spinoza se dispor a continuar a correspondência sobre um assunto que considera tolice. Mas, segundo ele, o motivo da continuidade se deve ao fato de que mesmo um assunto bobo pode ser útil. A diferença é que, para Boxel, o assunto é sério. Já aqui, podemos antever que a correspondência não será confortável.

³ Inicialmente, a moderação de Spinoza consiste em deixar de lado a questão de saber se os espíritos são frutos da imaginação. *Ibidem*, p. 221.

Primeiro, como Boxel sustenta que vários autores antigos e modernos, filósofos e teólogos, afirmaram a existência desses seres, não concordando apenas sobre a essência deles⁴, a observação inicial de Spinoza é que ele próprio jamais leu algum autor digno de confiança capaz de demonstrar a existência de espíritos. Afirma que até aquele momento desconhece o que tais seres são, que, de fato, ninguém ainda o havia feito percebê-los. Afirma também que quando uma coisa é mostrada com clareza pela experiência, podemos ter o conhecimento necessário dela; mas, se os filósofos citados por Boxel nomeiam de espíritos coisas desconhecidas, ele não poderia contrariar isso, já que desconhecia uma infinidade de coisas⁵.

Em seguida Spinoza pergunta: “o que são esses espíritos, são crianças, tolos ou insanos?”⁶ Porque de acordo com os relatos que ouvira, esses seres pareciam desprovidos de sensatez; ou num sentido mais benevolente, estavam mais próximos de um estado pueril, como quem participa de jogos infantis. E antes de terminar a resposta, observa que podemos reconhecer nas narrativas sobre os espíritos o desejo que os homens têm de contar as coisas do modo como eles gostariam que fossem, não do modo como elas são⁷. Principalmente porque em tais histórias não há testemunhas além do próprio narrador, o que permite contá-las com facilidade e ao bel-prazer. Diz ainda que as histórias sobre esses seres são forjadas para justificar o temor⁸ provocado pelos sonhos ou visões. Ou ainda para valorizar a audácia e a opinião do narrador. A resposta termina afirmando a desconfiança a respeito dos relatos sobre as circunstâncias em que os espíritos aparecem; e a curiosidade de saber quais histórias convenceram Boxel de tal forma, que até mesmo colocar o assunto em dúvida lhe parecia absurdo.

A reação de Boxel, na Carta 53, é de que não esperava outra resposta de Spinoza. E posto que os dois têm pontos de vistas diferentes, o desacordo entre eles

⁴Ibidem, *Ep.* 51, p. 220.

⁵ Ibidem, p. 221.

⁶ Spinoza, B. *Spinoza Opera*. Heidelberg: Carl Winter, IV, 1925, *Ep.* 52, p. 244. *Suntne infantis, stulti, vel insani?*

⁷ Sobre a relação entre “coisa” e “imaginação” vemos no *Apêndice da Ética* uma observação de Spinoza: “cada um julga as coisas de acordo com a disposição de seu cérebro, ou melhor, toma as afecções de sua imaginação pelas próprias coisas”. Cf. Spinoza, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 73.

⁸ Sob o domínio da imaginação, os relatos a respeito dos espíritos podem ser inclusive movidos pelo temor. No final da Carta 52, Spinoza faz uma síntese das causas que podem conduzir os relatos: 1) contar a partir do próprio desejo; 2) sem interlocução; 3) pelo gosto de inventar; 4) movido pelo temor; e 5) como sinal de coragem de quem relata. Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep.* 52, 2014, p. 222.

não alterava a amizade⁹. Mais uma vez, o vínculo de amizade parece reforçado, mesmo com a evidente divergência de opinião; que se mostrará ao longo da correspondência como divergência de princípio.

A respeito da indagação de Spinoza, que havia perguntado se os espíritos eram crianças, tolos ou insanos, Boxel responde que as opiniões preconcebidas impedem a verdadeira indagação. Em seguida, pontua as razões que o levaram a acreditar na existência de espíritos. A primeira delas, escreve ele, por serem pertinentes à beleza e à perfeição do universo. A segunda, pela maior semelhança dos seres espirituais ao criador. Eles são mais parecidos com o criador do que os seres corporais. A terceira que, assim como existem corpos sem almas, existem também almas sem corpos. A quarta razão, e não menos fabulosa, afirma a crença em uma região espiritual, localizada em um espaço mais elevado entre nós e as estrelas, repleta de habitantes espirituais. Na parte mais alta dessa região habitam os verdadeiros espíritos, e na parte mais baixa, criaturas feitas de uma substância sutilíssima, muito tênue, invisível. Por fim, afirma que na opinião dele há espíritos de todo gênero, mas talvez nenhum do sexo feminino¹⁰.

Após pontuar as razões de sua crença, Boxel destaca algumas referências literárias que sustentam a existência de espíritos. De fato, vários autores, além de Plínio e Suetônio, alimentam também sua convicção. Para ele, esses autores são dignos de confiança, porque são eruditos, sábios e amantes da verdade. Relata ainda a história contada por um burgomestre, um homem erudito e sábio, que havia escutado que na cervejaria de sua mãe, quando fabricavam cerveja, apareciam espíritos. Aparições que ocorriam com certa frequência. Assim, tanto os relatos das experiências dos eruditos, quanto as razões pontuadas forjaram a convicção de Boxel¹¹.

⁹ Ibidem, *Ep.* 53, p. 222: “desacordo de opinião, sem dano para a amizade”.

¹⁰ Ibidem, p. 223.

Sobre a dúvida de Boxel a respeito de espíritos femininos, Spinoza se mostra através de um humor muito próximo ao que vemos no *Apêndice* da *Ética* I, quando expõe o modo de pensar dos que adotam o finalismo como destino divino. Nas entrelinhas do seu argumento contra o finalismo, aparece um humor em que a “estupefação” daqueles que acreditam no encadeamento dos fatos como destino, é colocada como o motivo de julgar de herege os que procuram conhecer as coisas pelas verdadeiras causas. Assim, não se trata de uma simples ironia, já que seu humor mostra a gravidade da ignorância. Spinoza, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, *El A*, p. 69-71.

¹¹ É curiosa a imagem do homem convicto. Mais curiosa ainda é a exposição dos motivos da convicção. Mas Boxel é interessante por ser franco. Ele expõe de maneira franca o modo como sua convicção foi forjada. Pode-se até ver, talvez, uma ingenuidade, mas o que mais interessa não é isso. O que interessa é o eco da superstição presente em sua maneira de pensar. Por isso, o humor de Spinoza não pode ser visto

Uma convicção que excluía relatos sobre maus espíritos que atormentavam pobres homens em vida e após a morte; do mesmo modo que a magia, considerada por ele como fábula. E critica os testemunhos de monges e clérigos, que relatam aparições com o objetivo de forjar a crença no purgatório; conseqüentemente, usam o temor dos incautos como uma grande fonte de renda¹².

No final da carta, Boxel contrapõe o que Spinoza havia pontuado a respeito dos relatos ouvidos sobre os espíritos, que pareciam mais tratar de seres tolos e insanos do que criaturas providas de sensatez. Contraposição apoiada na autoridade de um certo erudito, que ressaltava a leviandade de negar a existência de tais criaturas. Para o tal erudito, desmentir tantos relatos dignos de credibilidade seria uma ousadia, além de uma imprudência. Portanto, tratava-se de dar crédito a certas autoridades¹³ que acreditavam na existência de criaturas espirituais.

De acordo com Spinoza, a autoridade pessoal dos eruditos não é uma prova da verdade. Aliás, uma antiga lição da filosofia é justamente a de que o argumento de autoridade é ineficiente para a demonstração da verdade. Por exemplo, da raiz quadrada de dois resulta um número “irracional”¹⁴ não por ter sido o pitagórico Hípasos a demonstrar, e sim pelo modo adequado da sua demonstração. Ora, se os outros pitagóricos soubessem disso não o teriam afogado no mar, como reza a lenda. Como sabemos, o resultado necessário de uma demonstração não decorre da força da autoridade. Somente o que é próprio de uma coisa pode ser demonstrado. O que não nos impede de perceber que a prática da demonstração pode ser, em certas circunstâncias, uma contraposição a um modo corriqueiro de considerar as coisas.

Na carta posterior¹⁵, a resposta de Spinoza preserva a cordialidade, mesmo discordando das razões e leituras de Boxel sobre a existência de espíritos. Chega a

como simples ironia ou com ar de superioridade. Na verdade, Spinoza discerne na “tolice” a atuação de um imaginário, que ameaça a autonomia de colocar em questão certas convicções.

¹² Também para Spinoza, o uso do temor como exercício de um domínio do outro aparece de forma dramática. *Ibidem*, *EIV P45 S2*.

¹³ Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep.* 53, p. 225.

O vínculo entre a afirmação de algo e a autoridade pessoal, é mais um ponto interessante da carta de Boxel. O que é afirmado é digno de confiança pela força da autoridade ou por ser verdadeiro? São duas coisas distintas, mas vinculadas com frequência. De certo modo, aderimos mais certas afirmações pela força daqueles que afirmam, do que pelo exame próprio. Mas resta sempre saber em que sentido é imprudente negar as afirmações de grandes autoridades. Não negar seria uma prudência, segundo Boxel? Mas como vemos na sequência, Spinoza segue pela via da investigação autônoma.

¹⁴ Cf. “Os Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários.” In: Souza, J. (org). São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. XIX.

¹⁵ Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep.* 54, p. 226-230.

dizer que se sente fortalecido por saber que a amizade entre os dois estava preservada. Contudo, embora as primeiras palavras reforcem a estima, logo em seguida, frisa um trecho da carta de Boxel, que o expõe ao gracejo. De fato, Boxel escreveu na carta anterior que estava convencido da existência de espíritos de todos os gêneros, exceto talvez do sexo feminino. Como resposta a tal dúvida, Spinoza escreve de maneira espirituosa que, com uma simples olhada, os que viram espíritos nus, e têm a mesma dúvida, poderiam se certificar da existência dos femininos, caso soubessem, óbvio, diferenciá-los pela genitália. A dúvida dele, diz a carta, era saber se os que viram os espíritos ficaram com medo ou não sabiam mesmo diferenciar os gêneros pelas partes íntimas¹⁶.

O tom da carta mescla a perplexidade e o gracejo a respeito do tema. Sobre os autores citados por Boxel, Spinoza escreve que apenas encontrou os livros de Plínio e Suetônio, mas que já bastavam. Para ele, tratava-se de desvarios e de um gosto por histórias fora do comum, que deixam os homens atônitos e impressionados. Ele também se diz pasmo, mas não com as histórias relatadas, e sim com os autores das histórias. O impressionava o fato de autores tão talentosos e com discernimentos, abusarem da eloquência com o objetivo de persuadir os homens com tolices desse gênero.

Entretanto, deixando mais de lado os autores, Spinoza se detém nas afirmações do seu correspondente. E indaga se é por negar a existência de espíritos, que ele, Spinoza, considera menos as histórias desses autores ou é a crença de Boxel o motivo da grande confiança neles. Uma crença mais próxima da fantasia, já que acredita em espíritos do sexo masculino e dúvida do feminino. Fantasia que pode ser comparada à imaginação corrente de que Deus é do sexo masculino.

Todavia, após o misto de gracejo e perplexidade, a resposta de Spinoza ganha uma inflexão ao se deter na relação entre o fortuito e o necessário. Antes, Boxel havia escrito que somente aqueles que acreditam no mundo como fruto do acaso, não se convencem das razões apontadas por ele sobre a existência de espíritos. Assim, Spinoza, ao perceber a falácia, desenvolve um argumento que desconcerta o raciocínio de quem vincula a criação do mundo à vontade facultativa de Deus. No final do argumento, ele afirmará que o mundo é o efeito necessário da natureza

¹⁶ Spinoza, B. *Spinoza Opera*. Heidelberg: Carl Winter, IV, 1925, Ep. 54, p. 251: *Miror eos, que Spectra nuda conspexere, oculos in genitalia non conjecisse, fortè prae timore, vel prae ignorantia hujus discriminis.*

divina. Por isso, admitir que o mundo poderia não ter sido criado, como uma premissa da livre vontade de Deus, introduziria o casual na vontade divina, portanto, a possibilidade da inexistência do mundo é o que afirmaria a crença no acaso. Logo, a condição que o próprio Boxel colocou, para identificar os descrentes, voltava-se contra ele. Como veremos depois, a reação dele será de completa estranheza acerca da associação entre necessidade e natureza divina.

Ao prosseguir a resposta, Spinoza rebate as razões¹⁷ que sustentam a convicção de seu correspondente. Sobre a afirmação de que a existência de espectros é pertinente à beleza do universo, a contraposição é a de que a beleza não é uma qualidade inerente ao objeto, mas um efeito em quem o considera. A beleza é relativa aos sentidos e aos diversos temperamentos. Nelas mesmas, ou em relação a Deus, as coisas não são belas e nem feias. A crença na beleza inerente ao universo torna Deus um criador de coisas ou para o apetite e agrado dos sentidos humanos ou o do apetite e os sentidos para a beleza. Dois propósitos que, mesmos sustentados, não provam a existência de criaturas sutilíssimas. Assim, Spinoza não vê de que modo tais criaturas contribuem para ornamentar mais o mundo. Para ele, o mundo seria até mais decorado se fosse concebido pelas nossas fantasias; já que podemos inventar diversos seres como centauros e sátiros. Seres que são inventados pela imaginação, não concebidos pelo entendimento.

A segunda razão contrapõe a afirmação de que os espíritos exprimem mais uma imagem de Deus do que as criaturas corporais. O argumento de Spinoza começa com a afirmação de que não vê como tais criaturas podem exprimir mais Deus do que outras. Afinal, entre Deus e qualquer outra criatura não há nenhuma proporção, seja uma criatura maior ou menor. Claro, percebemos aqui, que a base da afirmação Boxel é a suposta superioridade dos seres espirituais. Afirmação sem nenhum valor para Spinoza, já que não diz nada sobre a essência ou propriedade do que afirma. Por isso, conclui a contraposição comparando os espectros aos seres fabulosos originados da imaginação.

Spinoza considera a terceira justificativa tão absurda quanto as outras. Para ele, não faz sentido a afirmação da existência de corpo sem alma ou alma sem corpo. E em tom de apelo malicioso, pergunta se também não seria verossímil uma memória, uma audição e uma visão sem corpo, uma vez que encontramos corpos sem

¹⁷ Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep.* 54, p. 228-230.

memória, sem audição e sem visão. Como também esfera sem círculo e círculo sem esfera.

Sobre a quarta e última, Spinoza afirma que ignora o que pode ser seres superiores e inferiores. Porque ao se tratar de espaço infinito, definições como “em cima” e “embaixo” não fazem sentidos. Sendo assim, conclui que as razões citadas não convencem ninguém sobre a existência de fantasmas; ou melhor, convencem os que deixam de dar ouvidos ao entendimento, e são seduzidos pela superstição. Sedução que enfraquece o entendimento e estimula a crença em histórias tolas.

Antes de finalizar, Spinoza lembra que, como havia dito na carta anterior, não negava totalmente as histórias, mas as conclusões tiradas delas. Na verdade, afirmou antes que ignorava uma infinidade de coisas. Porém, embora ignorasse, não conseguia ver nas narrativas nada digno de confiança. O próprio modo como as circunstâncias foram narradas dão às histórias mais ornamentos do que veracidade. Isso o fazia concluir que os narradores não estavam preocupados com a verdade dos relatos, e sim interessados em impressionar a imaginação dos leitores e ouvintes. Escreve ainda que esperava de Hugo Boxel uma história que mostrasse com clareza a existência do que ele acreditava. E se refere como risível à história contada pelo burgomestre, de que certos espíritos fabricavam cerveja na cervejaria de sua mãe. Histórias que não deixavam de ser risíveis, mesmo contadas por pessoas de bom senso e eruditas. Acrescenta ainda que podemos rir mesmo dessas histórias, quando examinamos os efeitos das imaginações e das paixões contidas nelas.

A reação de Boxel, na Carta 55, é inicialmente a de responder passo a passo as objeções de Spinoza; apenas deixando de lado a perplexidade do amigo perante os autores que escreveram sobre os espectros. Afirma em seguida que na sua opinião, espíritos do sexo feminino não existem porque não são gerados. E quanto à forma exterior deles, isso pouco o importava. Afirmações que chegam a ser infantis aos olhos de Spinoza.

E prossegue com uma definição de acaso como um acontecimento imprevisível. Um alvo atingido sem intenção. Depois contrapõe esta definição ao sentido de livre arbítrio; definido por ele como decisão de fazer algo que pode não ser feito. O que é uma contradição em termos spinozanos, pois, resolver fazer algo, poder fazer e não fazer, não é sinal de liberdade, e sim de alguma confusão ou constrangimento. Mas, para Boxel, a definição de liberdade envolve a capacidade de deliberação contrária ao já deliberado. Deus é livre justamente porque poderia não

ter feito o mundo. Resolveu fazê-lo, no entanto, estava em seu poder não ter feito. Portanto, conclui ele, a liberdade é contrária à necessidade¹⁸. Conclusão que, como sabemos, entra em desacordo com o que pensa Spinoza¹⁹. Assim, ao contrapor o necessário e o livre, o argumento reforça que se a vontade de Deus fosse uma necessidade, ele teria que agir sempre necessariamente, o que seria absurdo, segundo ele, porque a vontade divina se define tanto pela capacidade de fazer, quanto de não fazer.

Depois, Boxel chega até a admitir que concorda em não confundir os atributos humanos com os de Deus. Admite que não sabemos a maneira como Deus opera²⁰, quer, conhece, examina, vê, escuta; porém, a negação dessas operações e suas ideias como as mais elevadas em Deus, o torna um ser completamente estranho para ele. Por isso, diz que ignora o que Spinoza entende e chama de Deus.

Afirma ainda que uma coisa não deve ser negada apenas por não ser percebida. E exemplifica com a definição de mente como espírito incorpóreo, invisível, que opera através de corpos mais sutis, os humores. Entretanto, reconhece que de fato ignora a maneira como a mente se relaciona e opera através dos humores, mas esse desconhecimento não o impede de afirmar que sem eles a mente fica passiva, diferente de quando os humores estão agitados, porque nesse caso, a mente faz o contrário do que deveria. Logo, o fato de não vermos como uma coisa opera não impede uma certa percepção e um sentimento dela. Isso acontece com a mente e com Deus. Assim, diz ainda que embora o entendimento de como Deus opera não seja do modo humano, não devemos negar que as operações dele não estejam de acordo com as nossas. E mesmo que seja incompreensível a vontade de Deus, sua inteligência, seu modo de ver e escutar, podemos afirmar que isso não é feito pelos olhos e pelas mãos, mas pelo entendimento. Isso seria, segundo ele, análogo ao vento e o ar, que sem mãos ou qualquer outro instrumento destroem regiões e montanhas; algo impossível ao humano sem mãos ou máquinas. Além disso, adverte que atribuir necessidade a Deus é o mesmo que privá-lo de vontade e de livre arbítrio. E tal atribuição exhibe a imagem do ser infinitamente perfeito como um

¹⁸ Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, *Ep.* 55, p. 231.

¹⁹ Spinoza, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, *EI Def.* 7.

²⁰ Boxel não faz a distinção entre operar e agir.

monstro²¹. Como vemos, a noção de Deus concebida por Spinoza aparece a Boxel como estranha; sem nada de sólido.

Aliás, a falta dessa solidez, segundo Boxel, contrasta com a exigência de Spinoza ao demandar provas demonstrativas sobre a existência de espíritos. Sobre este assunto a conjectura, o provável e a verossimilhança são satisfatórias, diz ele. E dá o exemplo dos céticos, que na falta de razões verdadeiras se contentavam com o mais provável. Afinal, são poucas as demonstrações do tipo: a lua está situada abaixo do sol, conseqüentemente o sol será eclipsado em certo lugar da terra. Caso o sol não seja eclipsado durante o dia, a lua não estará situada diretamente debaixo do sol. Uma demonstração assim, da causa ao efeito e do efeito à causa, era mais rara, segundo ele. Por isso, sua defesa do uso mais amplo da conjectura.

Feita a defesa do uso mais amplo do argumento a partir de conjecturas nascidas tanto de experiências inesperadas e ouvir dizer, quanto de leituras de autores renomados, Boxel passa ao argumento da beleza como boa proporcionalidade e melhor composição de uma coisa em relação a outra. Dessa vez, parte da premissa de que Deus atribuiu ao intelecto e ao discernimento uma harmonia com as coisas proporcionais, não com as sem proporções. A prova disso seria o deleite com os sons consonantes e o aborrecimento com os dissonantes. Conclui ele, então, que beleza e perfeição são idênticas e inerentes às coisas completas; sendo dado ao humano a capacidade de discernir o belo pelo agradável e o feio pelo desagradável.

Sobre o agrupamento feito por Spinoza ao colocar no mesmo conjunto centauros, seres mitológicos e espíritos, Boxel dirá que isso não se aplica ao que ele pensa, porque os espíritos são gêneros supremos semelhantes a Deus na medida em que Deus também é espírito. Mas a demonstração clara disso não é possível. Por isso, ele instiga Spinoza a fazer uma demonstração da existência de Deus do mesmo modo como repete uma das propriedades do triângulo. E dúvida que Spinoza conceba Deus com a mesma clareza do triângulo.

Em seguida, por um lado, nega a existência de um corpo sem memória e de uma memória sem corpo ou de um círculo sem esfera e de uma esfera sem círculo, afirmações inferidas de forma irônica por Spinoza. Por outro, confirma as noções de

²¹ Spinoza, B. *Correspondance*. Paris: Flammarion, 2010, *Ep.* 55, p. 306: “Si tu attribues à Dieu la necessite et que tu le prives de volanté et de libre choix, on pourrait se demander si tu ne fais pas, de celui qui est un Être infiniment parfait, le portrait et l’image d’un monstre”.

alto e baixo tomando como referência o sol, a posição das estrelas em relação à terra, da terra em relação a saturno e de saturno em relação a júpiter.

Por fim, defende-se da insinuação de que acreditar na existência de espíritos é mais uma crença forjada pela superstição, do que pela filosofia. Assim, afirma que todos os filósofos antigos e modernos estavam convictos da existência desses seres. Logo, não é quem acredita nesses seres, que nega os filósofos, mas quem não acredita. Portanto, Boxel inverte a insinuação ao citar que Plutarco, estoicos, pitagóricos, platônicos, peripatéticos, eruditos e modernos não negaram. Somente Spinoza insiste em não aceitar, mesmo diante de testemunhas que afirmam ter vistos e ouvidos. Além de não aceitar, coloca os testemunhos de eruditos, filósofos e historiadores no rol das narrativas dos supersticiosos. Uma associação absurda, para Boxel. Como também parece-lhe absurda e inverídica a afirmação de que César, Cícero e Catão caçoaram das narrativas sobre os espectros. César teria ridicularizado, segundo ele, apenas os presságios e adivinhações.

A correspondência entre os dois está se dando provavelmente em setembro de 1674. Uma correspondência entre pontos de vistas distintos e maduros. Sobre essa distinção, a resposta de Spinoza será bem clara, na Carta 56. Não sem motivo, ele se apressa em responder, após algumas palavras generosas sobre o restabelecimento da saúde do amigo.

De início, Spinoza ressalta a dificuldade de duas pessoas se entenderem quando partem de princípios diferentes a respeito de assuntos que dependem muito da conciliação com outros.

Entretanto, pelo menos sobre o mundo não ser um efeito do acaso, eles estavam de acordo. Um acordo em parte, já que Boxel queria convencê-lo da não oposição entre o fortuito e o necessário. Segundo ele, o inesperado do acaso e a inevitabilidade da necessidade negam a liberdade. Por isso, as duas não podem ser ditas opostas. Um argumento nada compatível com o modo de pensar de Spinoza. E para evidenciar essa incompatibilidade, ele repete o exemplo de que a soma dos três ângulos do triângulo é igual a dois retos não por acaso, mas por necessidade. Acrescenta ainda o exemplo da percepção do calor causado pelo fogo. O calor como um efeito não casual. Logo, diferente do seu correspondente, adota como princípio a compatibilidade entre liberdade e necessidade; chegando a afirmar que vê como absurda e contrária à razão a oposição entre as duas.

O terceiro exemplo acentua ainda mais as diferenças entre os dois. Como vimos, para Boxel, a liberdade divina seria negada se a criação do mundo fosse um efeito que não admitisse o contrário, ou seja, a não criação. Deus é plenamente livre, porque ao ter feito o mundo poderia não tê-lo feito. Faz parte do seu livre decreto a possibilidade contrária ao que fez. Diferente do que pensa Spinoza, quando identifica a liberdade de Deus às ações que decorrem de sua própria necessidade. Unicamente da própria necessidade, uma vez que o possível não é uma propriedade da natureza divina; é próprio da imaginação.

Na sequência afirma que seu correspondente parece não perceber a diferença entre constrangimento ou violência e necessidade. Por isso, escreve-lhe que não é por obrigação que um homem queira viver e amar, e sim por necessidade, que é ainda maior, porque Deus é, conhece e age necessariamente. Conclusão que reforça o contra argumento a respeito da ideia de que faz parte do livre decreto de Deus a possibilidade de não aprovar ou de não querer uma coisa. De não aprovar o que já aprovou ou de não querer o que já quis. Uma ideia apropriada à imaginação e ao querer humano, porém, incompatível com a natureza divina.

Ao continuar, Spinoza frisa justamente sua surpresa ao saber que, para Boxel, o fato de não atribuir a Deus visão, audição, atenção e querer, o torna um ser incompreensível. Observa ainda que estas atribuições só podem ser consideradas as mais elevadas em Deus por uma conjectura nossa; semelhante ao triângulo que diria que Deus é triangular, caso falasse.

Assim, após usar um antigo argumento contra a confusão entre propriedades humanas e divinas, Spinoza lamenta a pouca disposição de tempo para explicar o que pensa sobre a natureza divina e outras questões colocadas pelo amigo. Contudo, mesmo alegando falta de tempo, não deixa de marcar outra diferença entre os dois. Agora, a de que o mais provável, a conjectura e a verossimilhança servem para decisões imediatas na vida cotidiana; diferente da atividade investigativa. Na investigação não somos obrigados a admitir o que é ainda provável. Não que a conjectura não deva ser concebida. Em muitos casos podemos nos contentar com ela, mas não de forma a admitir como verdadeiro o que é apenas provável. Entre a verdade e o verossímil, o segundo exige cautela e a primeira, adesão imediata; uma vez que, somente a admissão do que é verdadeiro evita a sequência de proposições falsas.

Spinoza admite que de fato as ciências divinas e humanas estão repletas de litígios e de controvérsias, mas eles não podem concluir disso que todos os assuntos ali tratados sejam incertos. Para um cético sim, porque o apego excessivo ao estudo da contradição o leva a rir até das demonstrações geométricas. Ou mesmo duvidar que o todo é maior que a parte e outros axiomas.

Que podem faltar demonstrações sobre certos assuntos eles admitem. Nesse caso, pode-se usar um raciocínio plausível. Sendo o plausível ou verossímil o que pode até ser posto em dúvida, mas não contradito. Porque a contradição não é a prova do verdadeiro, mas pode ser do falso. Numa contradição, a verdade é o que ainda deve ser demonstrada. Mas também se raciocina por exclusão, isto é, não havendo provas que contradigam uma afirmação, ela parecerá verdadeira. É um critério de verossimilhança derivado não da prova da própria afirmação, e sim de que, não havendo prova do contrário, o que é afirmado prevalece. É um critério pouco seguro. E de certo modo, por um lado, fácil de desmontar quando se usa o simples ponto de vista de que, o acordo entre a afirmação e o fato é um critério razoável de verificação. Porém, por outro lado, essa razoabilidade se torna comprometida quando a crença na afirmação passa a ser fortalecida pela repetição e pela autoridade pessoal de quem afirma. Dois elementos, como sabemos, fundamentais para reproduzir e reforçar a convicção no nosso imaginário.

Que Boxel esteja convencido da existência de espectros é notório pela maneira como argumenta; que a argumentação seja adequada, Spinoza nega. Nega porque uma demonstração verossímil não pode ser contradita. Contradizê-la equivale a torná-la provavelmente falsa. A dúvida cabe, já que até mesmo a demonstração verdadeira pode ser duvidada por quem a desconhece. Como duvidavam os céticos, citados por ele, das demonstrações geométricas. Duvidavam, mas não podiam contradizê-las.

Enfim, Spinoza adota a afirmação da propriedade inteligível como princípio da atividade investigativa. O tão repetido exemplo do triângulo, de que a soma dos três ângulos é igual a dois retos é, para ele, o modelo de raciocínio a ser adotado quando nos propomos a investigar a existência de alguma coisa. Afinal, não precisamos saber todas as propriedades da coisa investigada, basta que apenas algumas sejam inteligíveis, para que a vida investigativa prossiga livremente. É mais aconselhável, segundo ele, um ponto de partida através de uma propriedade inteligível, do que uma conjectura que conduziria a um emaranhado de afirmações suscetíveis às

contradições. Por isso, a distinção entre propriedade inteligível e fantasia é a única forma de evitar a adesão às famosas “qualidades ocultas”²² das coisas; a que, segundo Spinoza, alguns filósofos aderiram. Adesão que ele pontua como um elemento de desqualificação da autoridade da tradição filosófica. Autoridade bastante citada por Boxel, mas que não passa de um critério subliminar de poder. – Critério este desprezado por Spinoza em função da ineficiência quanto ao que exige a própria atividade investigativa. Para ele, somente uma atividade que começa por uma propriedade inteligível pode guiar o entendimento em direção ao conhecimento verdadeiro; conseqüentemente, tornar-se um exercício livre do peso da autoridade pela afirmação do que podemos entender de nós mesmos, das coisas, de Deus.

Recebido em: 12/06/2017

Aprovado em: 19/09/2017

²² Spinoza, B. *Obra completa II: correspondência completa e vida*. São Paulo: Perspectiva, 2014, Ep. 56, p. 238.